



Relatório de administração e demonstrações contábeis regulatórias

2025

Rio Paraná Energia S.A.
CNPJ: 23.096.269/0001-19

Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
PERFIL DA COMPANHIA	7
MAPA DE OPERAÇÕES	8
DIRETRIZES DE ATUAÇÃO	9
GOVERNANÇA CORPORATIVA	10
CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL	11
CONTEXTO REGULATÓRIO	12
DESEMPENHO OPERACIONAL	13
COMERCIALIZAÇÃO	15
PESSOAS	16
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	18
Principais indicadores	18
Custo e despesas operacionais	19
Ebitda e margem Ebitda	20
Resultado financeiro	21
Endividamento	22
Lucro líquido	22
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	23
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	28
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024	29
1. Informações gerais	29
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	33
3. Principais políticas contábeis regulatórias materiais	35
4. Gestão de riscos do negócio	38
5. Caixa e equivalentes de caixa	42
6. Concessionárias e permissionárias	43
7. Tributos a recuperar/recolher	44
8. Depósitos judiciais	45

9.	Imobilizado	46
10.	Intangível	49
11.	Fornecedores	52
12.	Encargos setoriais	52
13.	Debêntures	54
14.	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	56
15.	Partes relacionadas	57
16.	Provisões para riscos e contingências possíveis	59
17.	Patrimônio líquido	64
18.	Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede	66
19.	Custos gerenciáveis – Parcela “B”	68
20.	Custos e despesas de benefícios a empregados	69
21.	Resultado financeiro	69
22.	Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos	70
23.	Lucro regulatório por ação	71
24.	Instrumentos financeiros	71
25.	Seguros	74
26.	Compromissos assumidos e não reconhecidos	74
27.	Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade	75
28.	Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário	76
MEMBROS DA GOVERNANÇA		81
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS		82

APRESENTAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A gestão da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil"), apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2025, acompanhado das Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas conforme a legislação societária brasileira vigente.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram submetidas a auditoria independente, conduzida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as disposições da Resolução CVM nº 162/22. Cumprindo essa mesma norma, destacamos que a empresa de auditoria e seus profissionais vinculados não executaram nenhum serviço que não estivesse relacionado exclusivamente a trabalhos de asseguuração, exceto pelo relatório de controle patrimonial (RCP).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais da Rio Paraná estão disponíveis de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil. Este documento é desenvolvido de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), abrangendo indicadores socioambientais definidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 consolidando avanços relevantes para a Rio Paraná Energia, em um ano marcado por transformações importantes no setor elétrico brasileiro e por desafios associados à transição energética, à modernização regulatória e à crescente participação de fontes renováveis intermitentes no sistema.

A receita líquida alcançou R\$ 4,22 bilhões, alta de 10,2% em relação ao exercício anterior, sustentada pelo avanço da receita operacional bruta. O desempenho operacional permaneceu consistente ao longo do período, com EBITDA de R\$ 2,91 bilhões e margem de 69%. A melhora do resultado financeiro contribuiu para a expansão do resultado antes dos impostos, refletindo-se em um lucro líquido de R\$ 2,04 bilhões, crescimento de 25,6% na comparação anual, com ampliação da margem líquida para 48,5%.

O desempenho operacional das usinas manteve-se consistente, sustentando a solidez do nosso modelo de negócio. Ilha Solteira e Jupia responderam por uma geração total de 18.587 GWh, representando um crescimento de 1,2% em relação ao ano anterior.

A atuação estratégica nas frentes comercial e regulatória mostrou-se fundamental para a proteção da receita e a mitigação de riscos. A partir dos investimentos feitos nos últimos anos, o uso de ferramentas sofisticadas de inteligência de mercado e de gestão de riscos hidrológicos, tem nos ajudado a reduzir os impactos do GSF e da volatilidade de preços no mercado livre, bem como as despesas associadas à compra de energia em períodos de menor produção hídrica.

No campo operacional, mantivemos elevado desempenho das usinas de Ilha Solteira e Jupia. O projeto de modernização das usinas continua sendo um dos pilares estratégicos da Rio Paraná Energia. Em 2025, avançamos na terceira etapa do programa. Esse esforço tem tornado as usinas mais confiáveis, com taxas de falhas cada vez menores, além de ampliar a disponibilidade das máquinas e a capacidade de geração de receita.

Também liquidamos integralmente uma dívida em dólar com a CTG Luxemburgo, eliminando a exposição à volatilidade cambial que impactava os resultados aproveitando janelas de câmbio favoráveis. A estratégia otimizou o fluxo de caixa e reduziu custos financeiros, fortalecendo a solidez da estrutura de capital da subsidiária.

No âmbito regulatório e institucional, a Rio Paraná Energia, manteve protagonismo nos debates sobre a modernização do setor elétrico. Atuamos de forma técnica e consistente na defesa de maior racionalidade econômica na formação de preços, na valorização dos atributos das usinas hidrelétricas, especialmente sua flexibilidade e capacidade de atender aos horários de maior demanda, e na necessidade de subsídios mais transparentes e socialmente justos. Esses avanços são essenciais para garantir a sustentabilidade do setor, a atração de investimentos e a segurança do suprimento de energia no longo prazo.

Reforçamos, ainda, nossos padrões de excelência em segurança do trabalho, mantendo a integridade das equipes como prioridade absoluta e promovendo a melhoria contínua dos processos. Esse desempenho nos posiciona entre as empresas com as melhores práticas do setor.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e demais partes interessadas pelo empenho, dedicação e confiança ao longo de 2025. Seguimos firmes em nossa missão de impulsionar o

desenvolvimento sustentável, fortalecer a energia limpa no Brasil e contribuir para a evolução do setor elétrico, com solidez, responsabilidade e visão de futuro.

Márcio José Peres

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

PERFIL DA COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A, subsidiária direta da CTG Brasil, é responsável pela operação das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupiá, ambas situadas no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A UHE Ilha Solteira, com 20 unidades geradoras, destaca-se como a maior hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro Oeste e a sexta maior do Brasil. Localizada entre Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a usina desempenha um papel essencial na estabilização de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Seu reservatório de acumulação cobre uma área de 1.195 km² com uma barragem de 5,6 km de extensão.

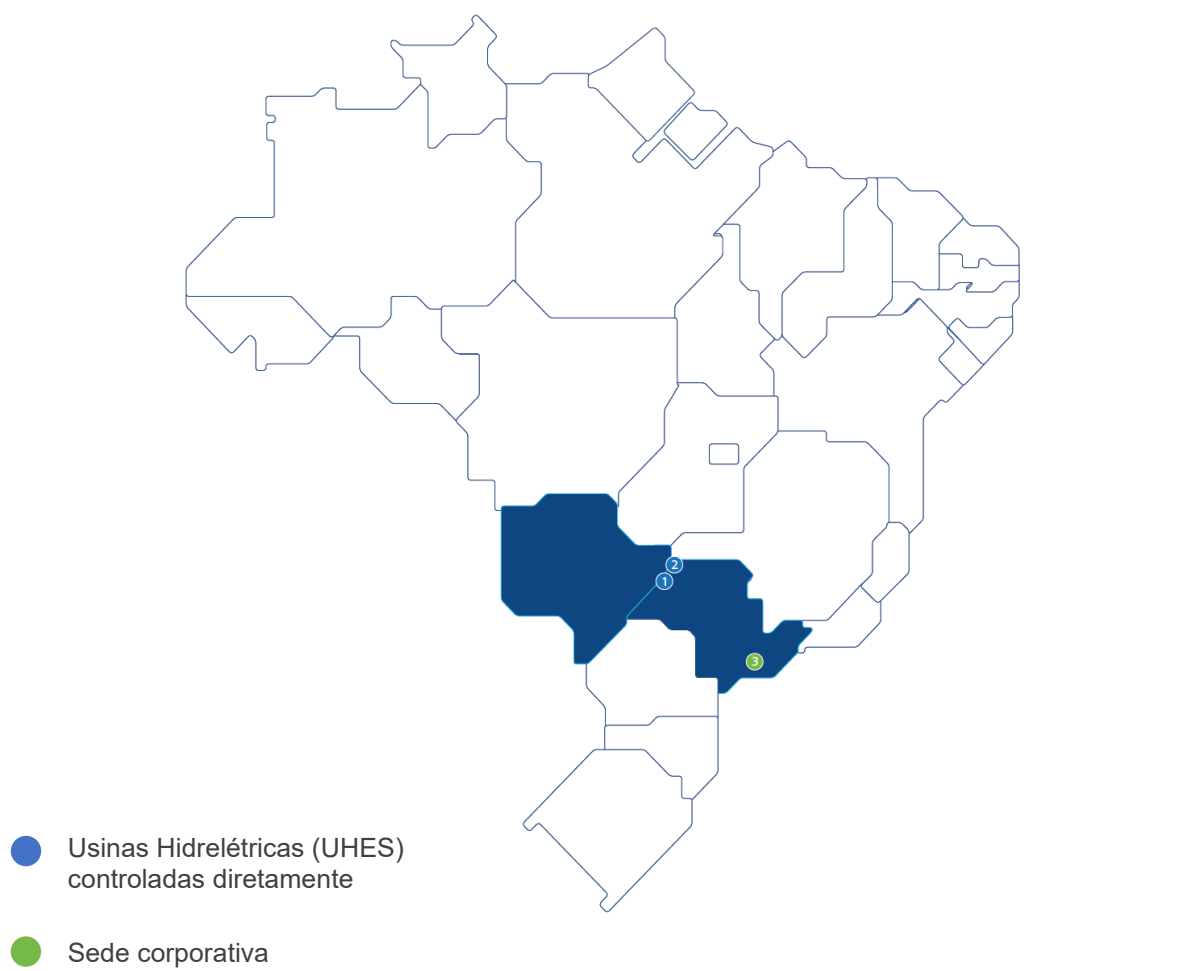
A UHE Jupiá, oficialmente denominada Engenheiro Souza Dias, possui 14 unidades geradoras e está localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A presença de uma eclusa na usina facilita a navegação entre os rios Paraná e Tietê, promovendo a integração hidroviária regional.

Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW.

Desde 2017, as duas usinas passam pelo maior programa de modernização do setor energético brasileiro, com conclusão prevista para 2038 e investimento total estimado em R\$ 3 bilhões. O plano abrange a renovação completa das 34 unidades geradoras, garantindo maior eficiência e confiabilidade operacional. Com a conclusão do segundo lote e 12 unidades já reformadas, as máquinas modernizadas apresentam taxas de falha próximas a zero, consolidando a Rio Paraná como referência nacional em inovação e longevidade de ativos hidrelétricos. Em 2025, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote, que até 2028 modernizará mais seis unidades.

As operações da Rio Paraná contam com o suporte administrativo da CTG Brasil, conforme o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e seguem avançando na jornada de digitalização e automação de seus processos operativos.

MAPA DE OPERAÇÕES



Localização no mapa	Estado	Ativo	Capacidade instalada
1	SP/MS	UHE Jupia	1.551,2 MW
2	SP/MS	UHE Ilha Solteira	3.444 MW
3	SP	São Paulo – Sede corporativa	-

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

A ética e a integridade seguem como valores essenciais para a Rio Paraná, promovidas de forma contínua por meio do Programa Corporativo de Compliance. Todos os colaboradores participam regularmente de treinamentos que reforçam a adesão ao Código de Ética e Conduta, contribuindo para um ambiente de trabalho alinhado às melhores práticas, às políticas internas e à legislação vigente.

Esses treinamentos também abrangem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD Lei nº 13.709/2018), garantindo que todos estejam atualizados quanto às normas que regem o tratamento de dados pessoais na Companhia.

Em 2025, a Rio Paraná teve cinco das suas sete certificações ISO renovadas para um ciclo de três anos (2025/2028), sendo elas:

- **ISO 9001** (qualidade)
- **ISO 14001** (meio ambiente)
- **ISO 45001** (saúde e segurança ocupacional)
- **ISO 55001** (gestão de ativos)
- **ISO 31000** (gestão de riscos, autodeclaração com avaliação externa)

E as outras tiveram suas certificações mantidas no ano de 2025 (ciclo 2024/2026), sendo elas:

- **ISO 37301** (gestão de compliance)
- **ISO 37001** (gestão antissuborno)

Resultado de auditorias externas independentes que comprovaram a maturidade e a eficácia dos seus sistemas de gestão. Essas certificações reafirmam o compromisso da Companhia com a excelência, a melhoria contínua e a credibilidade de seus processos, além de posicionar a Rio Paraná como referência em governança e responsabilidade corporativa no setor elétrico.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rio Paraná Energia S.A., constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, tem como acionista majoritária a China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital social, enquanto os 33,33% restantes são de propriedade da Huikai Clean Energy.

Registrada na categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia adota práticas avançadas de governança corporativa, ampliando seu acesso a investidores e fortalecendo sua credibilidade no mercado financeiro e junto aos credores.

Sua estrutura de governança é composta pelos órgãos estatutários: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração é formado por cinco membros, incluindo dois representantes dos sócios minoritários. Eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, os conselheiros são responsáveis por nomear os integrantes da Diretoria Executiva, encarregada de conduzir a gestão estratégica da empresa.

Estrutura de governança corporativa

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro Efetivo
Márcio José Peres	Membro Efetivo
Xingyang Cao	Membro Efetivo
Zhigang Chen	Membro Efetivo

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Márcio José Peres	Diretor-Presidente
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo
Tatiana Figueredo Garrido da Mota	Diretora Executiva
Giulliano Batelochi Gallo	Diretor Executivo

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Em 2025, o Brasil seguiu em recuperação econômica gradual, ainda impactada por juros elevados e custo de capital restritivo. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de forma moderada, desacelerando em relação ao ano anterior, com projeções indicando que ele ficará por volta de 2,5%, abaixo dos 3,4% de 2024. O desempenho foi impulsionado pelo agronegócio, enquanto os setores de indústria e serviços tiveram crescimento em ritmo menos acelerado.

A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 15% ao ano, mantida em patamares elevados para conter a inflação, que fechou o ano próximo da sua meta, com IPCA de 4,26%, abaixo do registrado em 2024 (4,83%) e abaixo do teto da meta (4,5%).

Nesse contexto, a Rio Paraná destacou-se por manter um elevado grau de confiança do mercado, refletido no rating de crédito AAA e em condições de financiamento mais favoráveis, mesmo diante de um ambiente desafiador.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2023	2024	2025
PIB	2,90%	3,50%	2,50%*
IPCA	4,62%	4,83%	4,26%
IGP-M	-3,18%	6,54%	-1,05%
Taxa Selic	11,75%	12,25%	15,00%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	6,55%	7,43%	9,07%
Taxa de Câmbio (USD)	4,890	6,192	5,502

* O valor do PIB 2,5% é o a prévia do resultado divulgado em 19/02/2026 pelo IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) em 2025. O fechamento oficial não foi divulgado até a publicação deste relatório

CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná segue engajada nas discussões regulatórias que moldam o futuro do setor, participando ativamente de diálogos com associações e órgãos reguladores.

O ano foi marcado pela aprovação da Lei 15.269/2025 (a partir da MP 1.304/2025), e que representou uma das atualizações mais significativas do marco regulatório do setor elétrico em quase duas décadas. Entre as medidas, a legislação referenda a abertura gradual e estruturada do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para todos os consumidores (incluindo residenciais). A referida lei também revisou critérios legais para formação de tarifas e encargos, incluindo novas regras de apuração de custos no Mercado de Curto Prazo (MCP) (leia mais a seguir, em Comercialização) e reorganizou encargos setoriais, incluindo regras sobre como subsídios para energia eólica e solar são alocados e como eles impactam a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, encargo setorial pago pelos consumidores de energia que financia políticas públicas do setor) e rateios entre consumidores. Um desses pontos foi a limitação dos subsídios para a geração de energia incentivada a contratações feitas até o fim de 2025, buscando tornar os incentivos mais sustentáveis e menos onerosos ao sistema como um todo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Rio Paraná Energia manteve a excelência em seus indicadores operativos em 2025. A geração bruta de energia elétrica das usinas Ilha Solteira e Jupiá totalizou 18.587 GWh ante 18.361 GWh, em 2024.

A disponibilidade das usinas permaneceu consistentemente acima dos limites regulatórios, atingindo 94,97% no período (o limite regulatório é de 93,62%). Este desempenho é reflexo do baixo índice de falhas e do plano de manutenção de ativos. Na área de segurança de barragens, após concluir a implantação do Plano de Atendimento à Emergência (PAE), em 2024, a Companhia avançou ainda mais em automação da instrumentação e garantindo monitoramento em tempo real. É importante reforçar que ambas as barragens operam com total segurança e baixo risco.

Modernização das UHES Jupiá e Ilha Solteira

O processo de modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira, consolidado como o maior projeto de revitalização do setor energético brasileiro com investimento superior a R\$ 3 bilhões, atingiu um novo marco em 2025. Após a conclusão do segundo lote, que totalizou 12 unidades geradoras modernizadas, a Companhia iniciou as obras do terceiro lote em 2025. Este novo estágio contempla a renovação de seis unidades (três em cada usina) com execução prevista até 2028, sendo que as duas primeiras máquinas já se encontram em intervenção técnica.

Nesta fase, a experiência acumulada nos lotes anteriores está sendo aplicada à execução das obras, resultando em otimização de processos e redução do tempo de parada das máquinas que, em geral, é de um ano, em média, para cada máquina em modernização.

O projeto reduz riscos operacionais associados ao fim da vida útil dos equipamentos antigos e certamente contribuiu para a Rio Paraná registrar em 2025 o menor índice de paradas forçadas (também chamado de falhas) da sua história.

A modernização ainda eleva as usinas, assim, a um patamar superior de desempenho em longo prazo, destacando-se pelo alto grau de automação, digitalização e redução nos custos de manutenção. Com sistemas auxiliares de última geração e processos de teleassistência integrados, as usinas estão posicionadas para operar com excelência, produtividade e segurança para pessoas e equipamentos, garantindo a perenidade de ativos essenciais para o Sistema Interligado Nacional.

Geração de energia (GWh)			
Usina	2023	2024	2025
UHE Ilha Solteira	12.710,00	11.768,00	11.813,67
UHE Jupiá	5.314,50	6.593,00	6.773,43
Total	18.024,50	18.361,00	18.587,09

Índice de disponibilidade*				
Usina	2023	2024	2025	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,53%	95,31%	95,88%	94,76%
UHE Jupia	92,93%	92,42%	92,96%	91,08%
Consolidado (média)	94,72%	94,27%	94,97%	94,62%

* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIfa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP) * (1-TEIfa)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2025 marcou um ponto de recuperação nos preços de energia no mercado brasileiro. O principal fator para essa valorização foi a mudança na modelagem regulatória, permitindo que os preços horários reflitam explicitamente as variações de oferta e demanda ao longo do dia, considerando a intermitência das fontes solar e eólica e valorizando a flexibilidade dos ativos geradores hidrelétricos. Adicionalmente, o cenário hidrológico contribuiu para a sustentação dos preços, uma vez que, apesar da melhora no regime de chuvas em comparação a 2024, os volumes registrados permaneceram abaixo da média histórica.

A Companhia também conseguiu capturar oportunidades de mercado a partir de uma gestão de riscos ágil e eficiente, resultado do conjunto de investimentos feitos nos últimos anos em ferramentas de inteligência de mercado, modelagem de cenários e estratégias de proteção contra riscos hidrológicos e de preço, incorporando aprendizados do mercado financeiro e ampliando a sofisticação das decisões comerciais. Com isso, foi possível otimizar a comercialização tanto no curto quanto no longo prazo, melhorar a previsibilidade de resultados e capturar oportunidades em janelas de preço mais favoráveis, gerando contribuições importantes para as receitas em 2025.

No total de contratos negociados em 2025, a Companhia registrou 14.256,9 GWh (65%) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 7.675,4GWh (35%) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), totalizando 21.932,28 GWh em energia comercializada, reforçando a solidez e a diversificação de seu portfólio de ativos.

PESSOAS

Ao longo de 2025, a gestão da Companhia identificou impactos reais positivos associados ao fortalecimento da capacitação de pessoas, incluindo desenvolvimento de competências por meio de trilhas e treinamentos (on-line e presenciais); formação de novos talentos com ampliação da empregabilidade; retenção e continuidade organizacional através de oportunidades de crescimento e progressão; fortalecimento da liderança; mobilidade interna com priorização de recrutamento interno; estímulo à educação contínua com subsídios e melhoria de processos; e inovação, com projetos conduzidos por estagiários e profissionais em formação.

Esses efeitos se conectam a iniciativas como Programa de Estágio, Programa de Desenvolvimento de Líderes, Programas de Aprendizagem Corporativa, plano de carreira, mapeamento sucessório, movimentações internas, além do Programa de Subsídio Educacional (para graduação e pós-graduação), idiomas e parcerias com instituições de ensino.

Atualmente, a gestão de pessoas e os processos de contratação e promoção baseiam-se em critérios técnicos, de desempenho e na legislação vigente.

Abaixo estão as principais métricas, nos termos do Artigo 133, §6º da Lei 6.404/76:

Tabela de Proporcionalidade - 2024		
Gênero	Total empregados	%
Homens	315	88,0
Mulheres	42	12,0
Total	357	100,0

Tabela de Proporcionalidade - 2025		
Gênero	Total empregados	%
Homens	313	88,0
Mulheres	41	12,0
Total	354	100,0

Índice (mulheres/homens) 2024 x 2025			
(M/H)	Total empregados	Contratações	Desligamentos
2024	0,13	0,91	0,11
2025	0,13	1,19	0,11

2024		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.448.325,61	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 504.727,65	R\$ 434.999,72
Cargos administrativos	R\$ 236.902,77	R\$ 136.756,17
Cargos de produção	R\$ 153.773,69	R\$ 117.954,26

2025		
Média salarial	Homens	Mulheres
Cargos de diretoria	R\$ 1.576.443,54	R\$ -
Cargos gerenciais	R\$ 503.345,48	R\$ 464.457,84
Cargos administrativos	R\$ 241.167,77	R\$ 142.201,12
Cargos de produção	R\$ 152.563,79	R\$ 130.511,96

Proporção salarial 2024 x 2025		
(M/H)	2024	2025
Cargos de diretoria	-	-
Cargos gerenciais	0,86	0,92
Cargos administrativos	0,58	0,59
Cargos de produção	0,77	0,86

Os indicadores de 2024 e 2025 revelam um cenário de contrastes. Proporcionalmente, a representatividade feminina manteve-se inalterada (M/H de 0,13), evidenciando que, apesar das movimentações internas, a estrutura geral ainda reflete baixa participação de mulheres.

Nas admissões, observa-se sinalização positiva em 2025, com índice de 1,19, indicando maior presença feminina nas novas contratações, enquanto os desligamentos permaneceram estáveis no período.

No campo remuneratório, destaca-se que não há registro de remuneração feminina em cargos de diretoria na Rio Paraná, uma vez que a diretora estatutária é remunerada pela holding, e não pela Companhia. Nos cargos gerenciais, houve equalização salarial em 2025, enquanto nos níveis administrativos e de produção verificou-se avanço gradual na redução das diferenças

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa seção do documento, são apresentados os principais eventos do período-base desta demonstração contábil, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

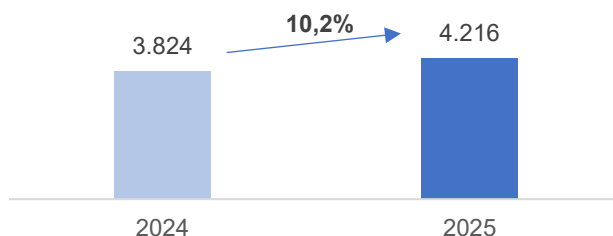
Principais indicadores

	2025	2024	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	4.866.326	4.401.333	10,6%
(-) Deduções à receita operacional	(650.722)	(577.389)	12,7%
Receita líquida / Ingresso líquido	4.215.604	3.823.944	10,2%
(-) Custos e despesas operacionais	(1.839.566)	(1.451.885)	26,7%
Resultado da atividade	2.376.038	2.372.059	0,2%
Ebitda	2.908.224	2.893.206	0,5%
Margem Ebitda (%)	69,0%	75,7%	-6,7 p.p.
Resultado financeiro	172.280	(350.990)	-149,1%
Resultado antes de impostos	2.548.318	2.021.069	26,1%
Lucro líquido do exercício	2.043.984	1.627.702	25,6%
Margem líquida (%)	48,5%	42,6%	5,9 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em R\$	0,29140	0,23205	25,6%

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 4.215,6 milhões, que representa um crescimento de R\$ 391,7 milhões ou +10,2% em relação ao ano de 2024. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Crescimento de R\$ 254,2 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, também, em razão de novos contratos com início de suprimento em janeiro de 2025, em decorrência dos 31º e 32º Leilões de Energia Existente;
- Aumento de R\$ 190,5 milhões na receita de contratos no ambiente de contratação livre (ACL) principalmente pelo maior volume de energia vendida nessa modalidade na comparação entre os dois exercícios;
- Elevação de R\$ 20,4 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP/MRE), basicamente em virtude de maiores Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) na comparação entre os dois exercícios, compensado pela queda no volume.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



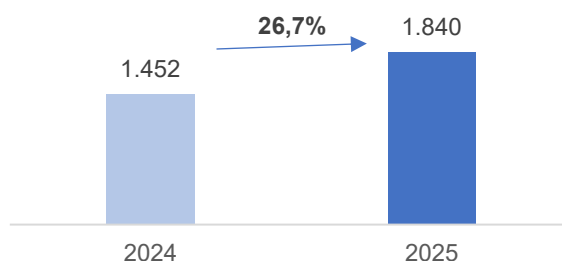
Custo e despesas operacionais

	2025	2024	Varição
Energia elétrica comprada para revenda	427.762	115.631	269,9%
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	621.948	594.945	4,5%
Pessoal e administradores	100.881	97.739	3,2%
Material	14.272	8.688	64,3%
Serviços de terceiros	116.305	114.073	2,0%
Arrendamentos e aluguéis	1.470	1.265	16,2%
Seguros	9.595	10.170	-5,7%
Provisões	8.682	(22.247)	-139,0%
Depreciação e amortização	532.186	521.147	2,1%
Outros	6.465	10.474	-38,3%
	1.839.566	1.451.885	26,7%

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram um crescimento de R\$ 387,7 milhões, quando comparado ao ano de 2024. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Elevação de R\$ 312,1 milhões nos custos com energia comprada, principalmente no ambiente de contratação livre (ACL), pela piora no fator de risco hidrológico (Generation Scaling Factor – GSF), bem como para compras para cobertura de lastro dos contratos dentro da dinâmica do balanço energético da Companhia;
- Efeito negativo de R\$ 30,9 milhões na rubrica de constituições/reversões de provisões para riscos, principalmente em virtude do efeito pontual e não recorrente do ano anterior, relativo à reversão do saldo residual de contingência regulatória em 2024;
- Aumento de R\$ 27 milhões nas despesas com os Encargos de uso da rede elétrica basicamente em razão da atualização do encargo de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) a partir de julho de 2025.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



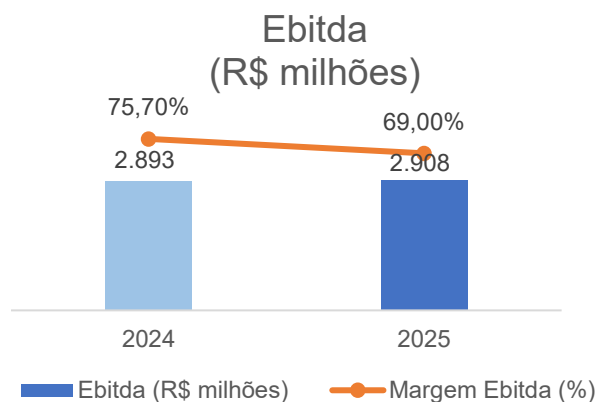
Ebitda e margem Ebitda

	2025	2024	Variação %
Lucro líquido do exercício	2.043.984	1.627.702	25,6%
Despesa com impostos sobre o lucro	504.334	393.367	28,2%
Resultado financeiro	(172.280)	350.990	-149,1%
Depreciação e amortização	532.186	521.147	2,1%
Ebitda	2.908.224	2.893.206	0,5%
Margem Ebitda (%)	69,0%	75,7%	-6,7 p.p.

O *Ebitda* é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2025 totalizou R\$ 2.908,2 milhões, representando um pequeno aumento de R\$ 15 milhões na comparação com o ano de 2024.



Resultado financeiro

	2025	2024	Varição
Receitas			
Aplicações financeiras	131.132	102.867	27,5%
Variações monetárias	54.137	44.948	20,4%
Varição cambial ativa	131.437	49.488	165,6%
Compensação financeira	-	200	-100,0%
Outras receitas financeiras	171	17	905,9%
	317.425	197.520	60,7%
Despesas			
Juros	(135.458)	(181.997)	-25,6%
Varição cambial passiva	(2.740)	(361.906)	-99,2%
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)	15,0%
Outras despesas financeiras	(3.601)	(1.698)	112,1%
	(145.145)	(548.510)	-73,5%
Resultado financeiro líquido	172.280	(350.990)	-149,1%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2025 foi positivo em R\$ 172,3 milhões, representando uma melhora de R\$ 523,3 milhões em relação ao ano de 2024. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Impacto líquido favorável de R\$ 441,1 milhões no resultado decorrente do reconhecimento contábil da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela valorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2025. Em 2025, houve valorização de 15,6% (de R\$ 6,1923 para R\$ 5,6621 Jul/2025 quando a dívida foi liquidada) enquanto em 2024 a moeda brasileira tinha desvalorizado -26,4% (de R\$ 4,8972 para R\$ 6,1923). Em 2025 houve a liquidação completa do empréstimo, outro fator que corroborou com a melhora da variação cambial líquida;
- Redução de R\$ 46,5 milhões nas despesas com juros incidentes sobre os empréstimos da Companhia, principalmente em virtude das liquidações realizadas entre os exercícios;
- Crescimento de R\$ 28,3 milhões nas receitas com aplicação financeira principalmente em função do crescimento do CDI na comparação entre os exercícios.

Endividamento

	2025	2024	Varição %
Debêntures	1.626.618	1.758.846	-7,5%
Curto prazo	399.923	169.466	136,0%
Longo prazo	1.226.695	1.589.380	-22,8%
Partes relacionadas	-	1.515.886	-100,0%
Curto prazo	-	1.515.886	-100,0%
Dívida Bruta	1.626.618	3.274.732	-50,3%
Caixa e equivalentes de caixa	(118.948)	(1.708.872)	-93,0%
Dívida líquida	1.507.670	1.565.860	-3,7%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 58,2 milhões na comparação com a posição final do ano de 2024. Essa redução reflete principalmente a liquidação do empréstimo com partes relacionadas junto à CTG Luxemburgo, realizada em um período de janela cambial favorável.

	Remuneração	Vencimento	2025	2024	Variação
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2025	-	1.515.886	-100,0%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	169.933	-100,0%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	826.522	789.585	4,7%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	800.096	799.328	0,1%
			1.626.618	3.274.732	-50,3%

Lucro líquido

Em virtude dos fatores detalhados anteriormente, o lucro líquido em 2025 foi de R\$ 2.044 milhões, o que representa um aumento de R\$ 416,3 milhões ou 25,6% na comparação com o exercício de 2024.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Balancos patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.948	1.708.872
Concessionárias e permissionárias	6	426.853	417.925
Partes relacionadas	15	826	-
Tributos a recuperar	7	3.632	5.236
Serviços em curso		39.002	43.278
Outros créditos		24.553	38.978
Total do ativo circulante		613.814	2.214.289
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	22.2	-	65.253
Depósitos judiciais	8	686.881	633.176
Outros créditos		14.678	-
		701.559	698.429
Imobilizado	9	2.207.702	2.048.803
Intangível	10	9.471.574	9.882.142
Total do ativo não circulante		12.380.835	12.629.374
Total do ativo		12.994.649	14.843.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balancos patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	150.197	118.581
Partes relacionadas	15	6.626	1.515.886
Encargos setoriais	12	69.520	74.950
Debêntures	13	399.923	169.466
Salários, provisões e contribuições sociais		26.191	26.853
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	14	892.500	1.387.512
Tributos a recolher	7	160.618	360.087
Outras obrigações		10.740	2.410
Total do passivo circulante		1.716.315	3.655.745
Não circulante			
Fornecedores		-	-
Encargos setoriais	12	23.292	26.608
Debêntures	13	1.226.695	1.589.380
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	14	2.269.067	-
Impostos diferidos	22.2	126.073	-
Provisões para riscos	16	5.894	854
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.362	1.144
Outras obrigações		30.107	5
Total do passivo não circulante		3.683.490	1.617.991
Total do passivo		5.399.805	5.273.736
Patrimônio líquido	17		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva Legal		833.662	716.557
Reservas de retenção de lucros		112.165	2.204.353
Total do patrimônio líquido		7.594.844	9.569.927
Total do passivo e patrimônio líquido		12.994.649	14.843.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	18.2		
Suprimento de energia elétrica		4.724.224	4.279.600
Energia elétrica de curto prazo		142.102	121.733
		4.866.326	4.401.333
Tributos			
ICMS		(2.806)	(1.696)
PIS-PASEP		(80.248)	(72.594)
COFINS		(369.627)	(334.372)
		(452.681)	(408.662)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)		(42.156)	(38.239)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		(143.654)	(118.180)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)		(12.231)	(12.308)
		(198.041)	(168.727)
Receita líquida / Ingresso líquido		4.215.604	3.823.944
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	18.3	(427.762)	(115.631)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	18.4	(621.948)	(594.945)
		(1.049.710)	(710.576)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.165.894	3.113.368
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	19		
Pessoal e administradores	20	(100.881)	(97.739)
Material		(14.272)	(8.688)
Serviços de terceiros		(116.305)	(114.073)
Arrendamentos e aluguéis		(1.470)	(1.265)
Seguros		(9.595)	(10.170)
Provisões		(8.682)	22.247
Depreciação e amortização		(532.186)	(521.147)
Outros		(6.465)	(10.474)
		(789.856)	(741.309)
Resultado da atividade		2.376.038	2.372.059
Resultado financeiro	21		
Receitas		317.425	197.520
Despesas		(145.145)	(548.510)
		172.280	(350.990)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.548.318	2.021.069
Despesa com impostos sobre o lucro	22	(504.334)	(393.367)
Lucro líquido do exercício		2.043.984	1.627.702
Lucro líquido básico e diluído por ações, em reais	23	0,29140	0,23205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado abrangente

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.043.984	1.627.702
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.043.984	1.627.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	2.204.353	-	9.569.927
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.043.984	2.043.984
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos intermediários	-	-	(1.963.502)	(1.005.565)	(2.969.067)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(1.050.000)	(1.050.000)
Transferência entre reservas	-	117.105	(128.686)	11.581	-
	-	117.105	(2.092.188)	(2.043.984)	(4.019.067)
Em 31 de dezembro de 2025	6.649.017	833.662	112.165	-	7.594.844

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	2.184.739	-	9.456.037
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.627.702	1.627.702
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos propostos	-	-	-	(671.812)	(671.812)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(842.000)	(842.000)
Transferência entre reservas	-	94.276	19.614	(113.890)	-
	-	94.276	19.614	(1.627.702)	(1.513.812)
Em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	2.204.353	-	9.569.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.548.318	2.021.069
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	19	532.186	521.147
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	13.4	122.295	107.009
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	15.4.1	13.776	388.174
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(53.709)	(43.579)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	15.4.1	(128.697)	-
(Reversões)/constituições e variação monetária sobre provisões para riscos	16.2	5.067	(21.868)
Baixas no ativo imobilizado e intangível		77	293
Outras variações		3.216	1.161
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		(8.500)	(21.714)
Depósitos judiciais		32	91
Serviços em curso		(18.217)	(10.372)
Partes relacionadas		(826)	(7.508)
Outros créditos		677	(2.333)
Variação nos passivos:			
Fornecedores		31.616	32.081
Encargos setoriais		10.650	9.001
Partes relacionadas		6.626	-
Salários, provisões e contribuições sociais		(662)	(400)
Provisões para riscos		(55)	(218)
Capitalização de debêntures	13.4	85.010	104.540
Impostos taxas e contribuições		(184.549)	(148.558)
Outras obrigações		38.552	1.793
Caixa gerado pelas operações:		3.002.883	2.929.809
Pagamento de juros sobre debêntures	13.4	(164.530)	(158.406)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	15.4.1	(96.277)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(484.687)	(373.538)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	13.4	(55.003)	(46.163)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.202.386	2.351.702
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Adições no ativo imobilizado e intangível	9.3 e 10.3	(281.524)	(241.587)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(281.524)	(241.587)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de dividendos	14.2	(1.371.812)	-
Pagamento de debêntures	13.4	(120.000)	(315.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.2	(715.700)	(641.750)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	15.4.1	(1.303.274)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.510.786)	(956.750)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa:		(1.589.924)	1.153.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.708.872	555.507
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		118.948	1.708.872
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1.589.924)	1.153.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e UHE Ilha Solteira.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) e tem por acionista minoritário a Huikai Clean Energy S.À.R.L., conforme nota explicativa nº 17.

Além do valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas, previsto no contrato de concessão, a partir de 2025, a Companhia passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), em decorrência do 31º e 32º Leilões de Energia Existente, cujos efeitos podem ser observados nas notas explicativas nº 6 e 18.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 1.102.501, apresentando uma melhora com relação à posição final de 2024. Acerca dessa posição, vale destacar a redução do passivo de dividendos e a liquidação do empréstimo com partes relacionadas beneficiada pela janela favorável de câmbio com a consequente redução da posição final do caixa da Companhia na comparação entre os fechamentos anuais.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração mensal de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia (MME), que detém autoridade sobre a formulação da política energética. A política regulatória é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é realizada pelas concessionárias, sob regime de concessão regulada pela Aneel, que estabelece obrigações de universalização e continuidade do fornecimento. Conforme esses contratos, as empresas têm autorização para cobrar

dos consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia, composta por duas parcelas: uma referente aos custos de geração, transmissão e encargos setoriais não gerenciáveis (Custos da Parcela A) e outra referente a custos operacionais e de manutenção (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são definidas pela Aneel e atualizadas periodicamente.

Após os períodos iniciais de concessão, a Aneel possui a autoridade para revisar os custos da empresa, determinando o ajuste da inflação (ou outro fator de correção aplicável) para os Custos da Parcela B (Ajuste Escalonado) no período subsequente. Essa revisão pode resultar em um ajuste positivo, nulo ou negativo. Além disso, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um reajuste tarifário anual, baseado em diversos fatores, incluindo a inflação e variações de custos setoriais.

No ramo de geração, as empresas, comercializam energia por meio de leilões regulados para distribuidoras no mercado cativo e também no mercado livre (ACL) para Consumidores Livres. O mercado livre também envolve a negociação de energia entre geradores, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

No segmento de geração e comercialização, o mercado livre de energia (Ambiente de Contratação Livre – ACL) vem passando por processo contínuo de ampliação. Após a redução dos limites de elegibilidade em 2024 para consumidores com demanda mínima de 500 kW, a Lei nº 15.269/2025 estabeleceu um cronograma legal de abertura integral do ACL: até 24 meses da sanção, consumidores industriais e comerciais de baixa tensão (<2,3 kV) passam a ter acesso; até 36 meses, consumidores residenciais e rurais também poderão migrar; e até 2028, o mercado livre será totalmente aberto a todos os consumidores, consolidando a universalização do direito de escolha.

A diversificação da matriz elétrica, com expressivo crescimento das fontes renováveis variáveis (eólica e solar), intensificou situações de restrições operativas no Sistema Interligado Nacional (SIN), resultando em cortes temporários de geração, conhecidos como *curtailment* ou *constrained-off*. Considerando seus impactos econômico-financeiros, a Aneel incluiu o tema entre as prioridades da Agenda Regulatória 2026–2027, com foco na definição de critérios operativos, metodologias de compensação e integração desses eventos ao modelo de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Quanto à transmissão, as empresas têm autorização para cobrar tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) de acordo com os contratos de concessão. Essas tarifas são reajustadas anualmente, na mesma data dos reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão.

O transporte de energia elétrica em larga escala no Brasil é realizado pela Rede Básica, composta por linhas de transmissão e subestações com tensão igual ou superior a 230 kV. O acesso a essa rede, conhecido como Livre Acesso, é garantido por lei e regulamentado pela Aneel. A operação e administração da Rede Básica, bem como o gerenciamento do despacho de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, são atribuídos ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entidade privada regulada e fiscalizada pela Aneel.

O ONS tem como função otimizar o uso dos reservatórios das hidrelétricas, do combustível das termelétricas e da integração das fontes renováveis variáveis, como eólica e solar, impondo condições operativas necessárias para assegurar a confiabilidade do sistema. Além disso, coordena

a operação da rede de transmissão, garantindo o equilíbrio entre oferta e demanda de energia em todo o país e promovendo a inserção eficiente das renováveis no modelo de operação centralizada.

1.3. Contratos de Concessão

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão nº 01/2016 das Usinas Hidrelétricas (UHE) Ilha Solteira e Jupia, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8ª da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	20/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	21/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

SP – São Paulo / MS – Mato Grosso do Sul / MW – Megawatt

1.3.1. Extensões de Outorgas de Concessão

Em 4 de abril de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória Aneel nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que aprovou o prazo remanescente de extensão das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em atendimento ao artigo 3º da REN 1.035/2022. Tal artigo estabelece a compensação pelos impactos decorrentes das restrições ao escoamento de energia ocasionadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em virtude de atraso no início da operação comercial ou do início em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão associadas. Ainda dentro do contexto do acordo do GSF, houve um cálculo adicional da compensação pelos impactos decorrentes dessas restrições.

Na sequência, caberá à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações dos Serviços de Energia Elétrica (SCE)/Aneel providenciar os termos aditivos aos contratos de concessão, bem como os ajustes nas resoluções autorizativas, a fim de formalizar a extensão das outorgas.

Os respectivos impactos financeiros, reconhecidos no ativo intangível em contrapartida ao resultado como recuperação de custos, e prazo adicional, estão apresentados no quadro a seguir:

Usina	Tipo	Dias de extensão	Impacto financeiro	Data fim de concessão / autorização	Nova data fim de concessão / autorização
Jupia	UHE	3	777	17/04/2047	20/04/2047
Ilha Solteira	UHE	3	1.511	18/04/2047	21/04/2047
			2.288		

Em 16 de setembro de 2025, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 16.467/2025, que aprovou a extensão dos prazos de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do MRE, bem como a minuta dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão dessas usinas.

Os períodos de extensão aprovados decorrem da Resolução Homologatória nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que homologou os prazos remanescentes de extensão das UHEs que receberam compensação relacionada ao acordo do GSF, conforme previsto no art. 3º da REN nº 1.035/2022.

Em cumprimento ao processo de formalização da extensão das outorgas, foi assinado, no último trimestre de 2025, o aditivo contratual contemplando os dias de extensão das Usinas:

(i) o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/2016-MME, referente às Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2025 (Seção 3, página 107);

Esse aditivo formaliza as condições aprovadas pela Resolução Homologatória, garantindo a extensão das outorgas e os ajustes regulatórios necessários.

1.4. Atualização da receita anual de geração – (RAG) ciclo 2025/2026

Foi publicada em 25 de julho de 2025 a Resolução Homologatória nº 3.506/2025 para a RAG, referente ao período de julho/2025 até junho/2026. Devido aos índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupia, e diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 29,9 milhões na RAG, correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), que afere o padrão de qualidade da UHE.

1.5. Lei nº 15.269/2025 (decorrente da MP nº 1.304/2025) – Modernização do Setor Elétrico

A Lei nº 15.269/2025 publicada em 24 de novembro de 2025 introduz alterações relevantes do setor elétrico que afetam a Companhia, como a possibilidade de renovação de concessões, alteração nas regras de autoprodução de energia, armazenamento, regras para ressarcimento de cortes de geração (*curtailment*), negociação de energia incentivada no mercado livre, limites das revisões de garantias físicas, tarifas, encargos e descomissionamento de usinas, com o objetivo de promover a modicidade tarifária, a segurança energética e a sustentabilidade do setor.

1.5.1. Revisão de Garantia Física:

A Lei trouxe mudanças relevantes nas regras de revisão ordinária da garantia física das usinas. A partir da publicação da lei, o ganho de garantia física entre revisões está limitado a 5% por ciclo, e o ganho acumulado durante todo o período da concessão não pode ultrapassar 10%. A regra se aplica a todas as UHEs da Companhia.

1.6. Eventos tributários

1.6.1. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, com vetos parciais, regulamentando dispositivos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e instituindo a nova estrutura do sistema tributário nacional.

A partir de 2026, inicia-se o período de testes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS substituirá o PIS e a COFINS a partir de 2027, enquanto o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo IBS até 2032, com aplicação plena em 2033. A nova sistemática elimina a cumulatividade, adota a tributação “por fora” e consolida a incidência no destino.

Para o setor de energia elétrica, a Lei Complementar nº 214/2025 estabelece o regime de diferimento da CBS e do IBS, nos termos do artigo 28, nas operações que não sejam destinadas a consumidores finais.

A Companhia realizou a análise dos efeitos do novo modelo tributário e concluiu os ajustes sistêmicos necessários. Em dezembro de 2025, a Companhia finalizou os ajustes em seus sistemas para viabilizar o destaque da CBS e do IBS a partir de 1º de janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia já considera as regras da reforma tributária, inclusive as disposições transitórias, na negociação e formalização de novos contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), relativamente aos contratos firmados anteriormente à vigência do novo regime, aplicam-se os mecanismos de compensação previstos no artigo 21 da Emenda Constitucional nº 132/2023 e no artigo 373 da Lei Complementar nº 214/2025, não se esperando impacto negativo para a Companhia, uma vez que tais contratos se sujeitam ao regime de diferimento mencionado acima.

1.6.2. Efeitos da Nova Tributação de Lucros e Dividendos

Em 26 de novembro de 2025, o Projeto de Lei nº 1.087/2025 foi sancionado, convertendo-se na Lei nº 15.270/2025, que instituiu a tributação, à alíquota de 10%, dos lucros e dividendos distribuídos a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo a tributação aplicável tanto a beneficiários pessoa física quanto a investidores estrangeiros. Em decorrência dessa alteração legislativa, a Companhia avaliou os efeitos da nova regra à luz do planejamento financeiro e estratégico.

Nesse contexto, foram deliberados dividendos referentes a parcela dos lucros apurados até novembro de 2025, observados os limites legais aplicáveis, a disponibilidade de caixa e a estratégia de investimentos da Companhia. Nos termos da legislação aplicável, o pagamento desses dividendos poderá ser realizado até 2028, conforme nota explicativa nº 14.

1.6.3. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 224/2025, que promoveu ajustes na legislação tributária federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, observadas as regras de anterioridade aplicáveis.

Adicionalmente, a norma elevou a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) de 15% para 17,5%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia avaliou os potenciais efeitos das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, considerando sua estrutura operacional e os regimes de tributação aplicáveis, e continuará acompanhando a regulamentação infralegal e a evolução da interpretação pelas autoridades fiscais, a fim de monitorar eventuais impactos futuros.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de preparação e mensuração

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, considerando a revisão do referido Manual na dimensão procedimental, com aprovação da versão 2022 por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 28, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem

como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Provisões para riscos (nota explicativa nº 16); e
- ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

3. Principais políticas contábeis regulatórias materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 12.4).

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.4. Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos, imobilizados e intangíveis, quando há algum indicativo que sugira a possibilidade de desvalorização deste ativo. Os ativos são segregados como unidade geradora de caixa, e o teste tem como metodologia do fluxo de caixa descontado que

depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento da avaliação.

3.4.1. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Conforme análise realizada, não foram identificados indicativos de *impairment* no período. Os ativos continuam apresentando condições normais de uso e geração de benefícios econômicos. Assim, não houve necessidade de realizar teste detalhado de recuperabilidade.

3.4.2. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia as informações prospectivas, das perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros, para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As avaliações são realizadas de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, com objetivo de atender os requisitos da redução ao valor recuperável.

Para os ativos não circulantes da Companhia, não foram identificados indicativos de *impairment*, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

São apresentadas abaixo as alterações em pronunciamentos contábeis que podem ou não afetar as demonstrações societárias da Companhia. Os eventuais impactos desses pronunciamentos nas demonstrações regulatórias dependem da avaliação pelo órgão regulador.

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);
- Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10).
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:
 - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
 - IFRS 10 Demonstrações Consolidadas; e

- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2026 não possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7 / CPC 40);
- Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 não possui expectativa de impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 possui impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18 / CPC 51); cuja avaliação e tratativas estão em andamento.

3.6. Pronunciamentos não aplicáveis nas demonstrações contábeis regulatórias

As principais particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária são tratadas nas Instruções Gerais (IG), Instruções Contábeis (IC) e Técnicas de Funcionamento do MCSE. Entre as principais adaptações apresentadas no Manual em relação aos CPCs, destacam-se:

- ICPC 01 - Contratos de Concessão - está ICPC não foi contemplada no Manual. Desta forma, quando da sua aplicação para fins societários não deverá refletir nas informações contábeis regulatórias, devendo seus efeitos serem eliminados.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras - este CPC estabelece a necessidade de segregação entre custos e despesas dos gastos alocados no resultado do exercício, segregação esta não requerida neste manual.
- CPC 27 - Imobilizado - este CPC estabelece que o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Entretanto, no âmbito regulatório, quem é competente para definir a vida útil e a taxa de depreciação dos bens é o Órgão Regulador, não cabendo à empresa realizar a revisão mencionada no CPC 27.
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos - a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Possíveis mudanças de práticas societárias decorrentes da aplicação dessa norma, em virtude de alguma excepcionalidade, principalmente quanto ao arrendamento mercantil financeiro, deverão ser comunicado previamente ao Órgão Regulador.
- As Outorgadas, as quais possuem revisão tarifária, deverão registrar contabilmente para fins regulatórios a reavaliação regulatória compulsória valorada com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

- CPC 00 – Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Para fins regulatórios, as Outorgadas deverão registrar contabilmente por competência, os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais a serem homologados nos futuros reajustes/revisões tarifárias.
- Como forma de harmonizar os interesses que a ANEEL tem de tutelar com os interesses visados pela contabilidade societária, este órgão regulador aprova os CPC's que tratam da valoração de ativos e passivos a valor justo, com as seguintes ressalvas:
 - que os valores ainda não realizados financeiramente e registrados em conta de resultado de exercícios deverão ser controlados pela outorgada de energia elétrica, em demonstrativo próprio que indicará o valor do custo histórico do ativo ou passivo, o valor justo registrado na data-base do reporte e o valor da mais ou menos valia registrado no resultado do exercício, decorrente da mensuração ao seu valor justo; e
 - uma vez detectado que do resultado positivo do exercício social, o lucro decorrente da valorização de ativos e passivos a valor justo, deve a outorgada de energia elétrica constituir uma reserva estatutária, denominada de “reserva para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da concessão”, com vista à proteção do equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Riscos de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice relevante é o ajuste do MRE, por meio do fator GSF que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para venda das usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e *hedge* energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de *hedge* para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 15.4 a Companhia liquidou o empréstimo junto a CTG Lux.

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 2ª emissão série 2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	39.185	40.697	1.095.228	1.175.110
Debêntures 3ª emissão série única	Variação DI + 1,29% ao ano	493.010	431.003	-	924.013
		532.195	471.700	1.095.228	2.099.123

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / DI – Depósito Interbancário

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (nota explicativa nº 13).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo financeiro vinculado a concessão, debêntures e provisão para grandes reparos, ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação absoluta entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2025 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada para o cenário dos próximos 12 meses, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Variação absoluta no cenário provável	Saldo contábil em 2025	Cenário atual (*)	Cenário provável (**)	Efeito absoluto
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	14,90%	12,40%	250 bps	118.875	17.712	14.741	(2.971)
					118.875	17.712	14.741	(2.971)
Passivos financeiros								
Debêntures - 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	4,27%	4,40%	13 bps	(826.522)	(75.190)	(76.293)	(1.103)
Debêntures - 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	14,90%	12,40%	250 bps	(800.096)	(131.073)	(110.813)	20.260
					(1.626.618)	(206.263)	(187.106)	19.157
Total da exposição líquida					(1.507.743)	(188.551)	(172.365)	16.186

(*) composto pela atualização dos saldos contábeis, considerando a variação do indexador do valor contábil nos últimos 12 meses.

(**) reflete a atualização dos saldos contábeis com base no indexador projetado para os próximos 12 meses, de acordo com a mediana das expectativas de mercado para 2026, disponibilizada por consultoria especializada.

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

O índice de alavancagem financeira é utilizado para evidenciar a estrutura de capital da Companhia. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures de curto e longo prazos, subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

	Nota	2025	2024
Debêntures	13	1.626.618	1.758.846
Partes relacionadas	15	-	1.515.886
Dívida Bruta		1.626.618	3.274.732
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(118.948)	(1.708.872)
Dívida líquida		1.507.670	1.565.860
Patrimônio líquido	17	7.594.844	9.569.927
Total do capital		9.102.514	11.135.787
Índice de alavancagem financeira - (%)*		16,6	14,1

(*) Dívida líquida / total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima à do DI.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.1.1. Composição

	2025	2024
Caixas e bancos	73	109
Aplicações financeiras	118.875	1.708.763
Certificado de depósito bancário (CDB)	118.875	1.708.763
	118.948	1.708.872

5.2. Qualidade de créditos do caixa e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia através de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de *rating* (Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa e equivalentes de caixa mantidas pela Companhia:

5.2.1. Composição

Standard & Poor's (*)	Moody's (*)	Fitch (*)	2025	2024
AAA	AAA	AAA	10.497	2
AAA	-	-	1	1
AAA	AAA	-	3	358.117
-	AA	-	1	477.238
-	AAA	AAA	108.445	114.991
-	AAA	-	1	758.523
			118.948	1.708.872

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. Concessionárias e permissionárias

6.1. Política contábil

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de concessionárias e permissionárias da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF) e contratos de Leilão, celebrados com as distribuidoras de energia com base no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), além dos valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	A vencer	2025	2024
	Até 90 dias		
Contratos - ACR	318.380	318.380	297.343
Contratos bilaterais - ACL	88.908	88.908	98.752
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	19.565	19.565	21.830
	426.853	426.853	417.925

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia / MCP – Mercado de Curto Prazo

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2025 não houve novas constituições de PECLD.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: registro contra pagamento, fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Diretoria não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções, as quais em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2025	2024
Ativo		
INSS a recuperar	-	391
ICMS a recuperar	3.571	4.192
ISS a recuperar	-	591
Outros	61	62
	3.632	5.236
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	128.444	335.318
PIS e COFINS a recolher	30.344	24.117
Impostos Retidos a recolher	1.830	-
Outros	-	652
	160.618	360.087

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços / IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Em 2025 a principal variação se deu em decorrência da liquidação do empréstimo com partes relacionadas mantido junto à CTG Lux e consequente realização da variação cambial.

8. Depósitos judiciais

8.1. Política contábil

A Companhia mantém discussões judiciais para as quais foram necessários depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade, entre os principais são destacados:

8.2. Movimentação

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável (vide nota explicativa nº 16).

	Trabalhistas	Fiscais	Total
Em 31 de dezembro de 2024	189	632.987	633.176
Variações monetárias	13	53.724	53.737
Adições	26	-	26
(-) Baixas	(45)	-	(45)
Reclassificações	(13)	-	(13)
Em 31 de dezembro de 2025	170	686.711	686.881

8.3. Fiscais

O Principal depósito judicial refere-se ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo lucro presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa Selic. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 686.681.

Os demais depósitos judiciais com causas fiscais correspondem ao total de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2025.

9. Imobilizado

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Diretoria da Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros".

9.1.1. Imobilizado em serviço (AIS)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador limitadas ao prazo da concessão.

9.1.2. Imobilizado em curso (AIC)

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e

financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

9.2. Composição

	Taxa média anual de depreciação		2025		2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo em serviço (AIS)					
Geração					
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,58%	833.699	(730.736)	102.963	107.794
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,57%	465.622	(447.548)	18.074	10.891
Máquinas e Equipamentos	3,40%	2.225.588	(710.652)	1.514.936	1.523.847
Veículos	7,45%	10.906	(9.568)	1.338	2.151
Móveis e Utensílios	6,24%	2.740	(882)	1.858	1.996
		3.567.817	(1.928.648)	1.639.169	1.646.679
Administração					
Máquinas e equipamentos	8,74%	1.693	(433)	1.260	1.238
Veículos	11,93%	1.350	(161)	1.189	-
		3.043	(594)	2.449	1.238
Subtotal (AIS)		3.570.860	(1.929.242)	1.641.618	1.647.917
Ativo em curso (AIC)					
Geração					
Outros		566.084	-	566.084	400.886
		566.084	-	566.084	400.886
Subtotal (AIC)		566.084	-	566.084	400.886
Total do Ativo Imobilizado (AIS+AIC)		4.136.944	(1.929.242)	2.207.702	2.048.803

9.3. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2024	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2025	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2025	Valor Líquido em 2024
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	833.699	-	-	-	833.699	-	(730.736)	102.963	107.794
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	465.789	9.833	-	-	465.622	9.833	(447.548)	18.074	10.891
Máquinas e Equipamentos	2.158.896	-	(165)	66.857	2.225.588	67.022	(710.652)	1.514.936	1.523.847
Veículos	10.906	-	-	-	10.906	-	(9.568)	1.338	2.151
Móveis e Utensílios	2.715	-	(31)	56	2.740	87	(882)	1.858	1.996
	3.491.267	9.833	(196)	66.913	3.567.817	76.942	(1.928.648)	1.639.169	1.646.679
Administração									
Máquinas e Equipamentos	1.524	-	-	169	1.693	169	(433)	1.260	1.238
Veículos	-	-	-	1.350	1.350	1.350	(161)	1.189	-
	1.524	-	-	1.519	3.043	1.519	(594)	2.449	1.238
Subtotal (AIS)	3.492.791	9.833	(196)	68.432	3.570.860	78.461	(1.929.242)	1.641.618	1.647.917
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Outros	400.886	233.630	-	(68.432)	566.084	165.198	-	566.084	400.886
	400.886	233.630	-	(68.432)	566.084	165.198	-	566.084	400.886
Subtotal (AIC)	400.886	233.630	-	(68.432)	566.084	165.198	-	566.084	400.886
Total do Ativo Imobilizado (AIS+AIC)	3.893.677	243.463	(196)	-	4.136.944	243.659	(1.929.242)	2.207.702	2.048.803

9.4. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Outros Gastos	Total
A ratear	7.392	79.480	25.398	85.011	4.939	202.220
Adiantamento a fornecedores	18.665	-	-	-	-	18.665
Outros	22.578	-	-	-	-	22.578
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	48.635	79.480	25.398	85.011	4.939	243.463

9.5. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	BRPR E-TOWER FUNDO INVEST IMOB - 4º ANDAR	9.833
2	SISTEMA DE TELECONTROLE POWERCC	2.296
3	VEICULO CHEVROLET BOLT PREMIER HATCH 5 PORTAS ANO- MODELO 2020 POTENCIA 203 CV BRANCO SUMMIT	220
4	VEICULO CHEVROLET BOLT PREMIER HATCH 5 PORTAS ANO- MODELO 2020 POTENCIA 203 CV BRANCO SUMMIT	220
5	VEICULO CHEVROLET BOLT PREMIER HATCH 5 PORTAS ANO- MODELO 2020 POTENCIA 203 CV BRANCO SUMMIT	220
6	VEICULO CHEVROLET BOLT PREMIER HATCH 5 PORTAS ANO- MODELO 2020 POTENCIA 203 CV BRANCO SUMMIT	220
7	VEICULO CAO A CHERY ARRIZO5 ANO-MODELO 2019 COR BRANCO SOLIDA	156
8	VEICULO CAO A CHERY ARRIZO5 ANO-MODELO 2019 COR BRANCO SOLIDA	156
9	VEICULO CAO A CHERY ARRIZO5 ANO-MODELO 2019 COR BRANCO SOLIDA	156
10	SISTEMA DE SUPERVISÃO DE TEMPERATURA	92

9.6. Principais desativações (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	20000712-0 Anexo I - C6118013030 PATIN DE ESCORA DO MANCAL	57
2	20000254-0 DOME IP	54
3	20006746-0 DRONE 72KPH 35MIN 7KM 10M/S C/	22
4	20000711-0 Anexo I - C6118013027 PATIN DE GUIA DO MANCAL	10
5	20006706-0 COLETOR DE DADOS TERM A9PLUS 2D-X3A	6
6	20006707-0 COLETOR DE DADOS TERM A9PLUS 2D-X3A	6
7	30000619-0 QUADRO NÃO MAGNETICO	5
8	30000620-0 QUADRO NÃO MAGNETICO	5
9	30000621-0 QUADRO NÃO MAGNETICO	5
10	30000622-0 QUADRO NÃO MAGNETICO	5

9.7. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Transformadores de Força	2,86%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

9.8. Dos bens vinculados à outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da Aneel de 8 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de dezembro de 2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificados.

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e limitado ao prazo de concessão.

Os valores de amortização e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros”.

10.2. Composição

	Taxa média anual de amortização	Custo	2025 Amortização acumulada	Valor líquido	2024 Valor líquido
Ativo em serviço (AIS)					
Geração					
Bônus de Outorga	3,17%	13.803.752	(4.501.294)	9.302.458	9.739.516
Softwares	17,86%	21.840	(16.741)	5.099	8.861
Extensão Concessão GSF	3,87%	150.150	(25.428)	124.722	128.243
Licença Ambiental	3,08%	38.999	(1.201)	37.798	-
		14.014.741	(4.544.664)	9.470.077	9.876.620
Administração					
Softwares	9,85%	6.722	(5.742)	980	1.503
		6.722	(5.742)	980	1.503
Subtotal (AIS)		14.021.463	(4.550.406)	9.471.057	9.878.123
Ativo em Curso (AIC)					
Geração					
Softwares		62	-	62	-
Licença Ambiental		-	-	-	2.899
		62	-	62	2.899
Administração					
Softwares		455	-	455	1.120
		455	-	455	1.120
Subtotal (AIC)		517	-	517	4.019
Total do Ativo intangível (AIS+AIC)		14.021.980	(4.550.406)	9.471.574	9.882.142

10.3. Movimentação do intangível

	Valor bruto em 2024	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(4.501.294)	9.302.458	9.739.516
Softwares	21.702	-	-	138	21.840	138	(16.741)	5.099	8.861
Extensão Concessão GSF	147.862	2.288	-	-	150.150	2.288	(25.428)	124.722	128.243
Licença Ambiental	-	-	-	38.999	38.999	-	(1.201)	37.798	-
	13.973.316	2.288	-	39.137	14.014.741	41.425	(4.544.664)	9.470.077	9.876.620
Administração									
Softwares	6.584	-	-	138	6.722	138	(5.742)	980	1.503
	6.584	-	-	138	6.722	138	(5.742)	980	1.503
Subtotal (AIS)	13.979.900	2.288	-	39.275	14.021.463	41.563	(4.550.406)	9.471.057	9.878.123
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Softwares	-	338	-	(276)	62	62	-	62	-
Licença Ambiental	2.899	36.100	-	(38.999)	-	(2.899)	-	-	2.899
	2.899	36.438	-	(39.275)	62	(2.837)	-	62	2.899
Administração									
Softwares	1.120	(665)	-	-	455	(665)	-	455	1.120
	1.120	(665)	-	-	455	(665)	-	455	1.120
Subtotal (AIC)	4.019	35.773	-	(39.275)	517	(3.802)	-	517	4.019
Total do ativo intangível (AIS+AIC)	13.983.919	38.061	-	-	14.021.980	38.061	(4.550.406)	9.471.574	9.882.142

10.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao intangível

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	LICENÇA OPERACIONAL AMBIENTAL - JUPIA	23.309
2	LICENÇA OPERACIONAL AMBIENTAL - ILHA SOLTEIRA	15.690

10.5. Itens que compõem o intangível

10.5.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por

iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10.5.2. Bônus de outorga

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG). Para fins de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) o valor de R\$ 13.803.752 foi reconhecido integralmente como intangível.

10.5.3. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.5.4. Licença ambiental

As licenças ambientais referem-se às obrigações legais e regulatórias relacionadas à obtenção, renovação e manutenção das licenças ambientais necessárias para a operação das atividades da Companhia, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes. Os valores são reconhecidos como provisão pela melhor estimativa dos desembolsos futuros, trazida a valor presente, registrada em contrapartida do ativo intangível e amortizada pelo prazo de vigência da respectiva licença, sendo atualizados monetariamente com base no IPCA.

10.5.5. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF (*Generation Scaling Factor*), assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

11. Fornecedores

11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.2. Composição

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	34.855	26.442
Materiais e serviços contratados	56.576	36.486
Encargos de uso da rede elétrica	58.766	55.653
TUST	58.766	55.653
	150.197	118.581

TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

12. Encargos setoriais

12.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

12.2. Composição

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	22.304	-	22.304	22.842	-	22.842
PDI	44.481	23.292	67.773	48.591	26.608	75.199
TFSEE	2.735	-	2.735	3.517	-	3.517
	69.520	23.292	92.812	74.950	26.608	101.558

12.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o MCSE. Este manual foi aprovado pela Aneel e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQuI) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

12.4.1. Composição do PDI

	2025			2024
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	3.082	-	3.082	2.990
MME	1.540	-	1.540	1.493
CDE	857	-	857	830
PDI	-	62.294	62.294	69.886
	5.479	62.294	67.773	75.199

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / MME – Ministério de Minas e Energia / CDE – Conta de Desenvolvimento Energético

12.4.2. Movimentação do PDI

	FNDCT	MME	CDE	PDI	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.990	1.493	830	69.886	75.199
Constituição	16.862	8.431	5.058	11.804	42.155
Juros	-	-	-	3.097	3.097
Recolhimentos	(16.770)	(8.384)	(5.031)	-	(30.185)
Realizações	-	-	-	(22.493)	(22.493)
Em 31 de dezembro de 2025	3.082	1.540	857	62.294	67.773
Circulante	3.082	1.540	857	39.002	44.481
Não circulante	-	-	-	23.292	23.292

12.5. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O

valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13. Debêntures

13.1. Política contábil

As debêntures, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

13.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2025					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(428)	(428)	650.000	176.950	826.950
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	400.000	351	400.351	400.000	(255)	399.745
				400.000	(77)	399.923	1.050.000	176.695	1.226.695

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento final	2024					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Varição monetária e (custos de transação)	Total
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	49.933	169.933	-	-	-
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(663)	(663)	650.000	140.248	790.248
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	196	196	800.000	(868)	799.132
				120.000	49.466	169.466	1.450.000	139.380	1.589.380

13.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2027	2029	a partir de 2030	Total
Debêntures 2ª emissão série 2	-	272.472	554.478	826.950
Debêntures 3ª emissão série única	399.745	-	-	399.745
	399.745	272.472	554.478	1.226.695

13.4. Movimentação

	1ª emissão Série 2	2ª emissão Série 2	3ª emissão Série única	Total
Em 31 de dezembro de 2024	169.933	789.585	799.328	1.758.846
Movimentação				
Amortização de custo de transação	-	-	613	613
Capitalização de custos de transação	471	2.081	-	2.552
Apropriação de juros	-	-	121.682	121.682
Capitalização de juros	1.839	40.975	-	42.814
Capitalização de variação monetária	7.937	31.707	-	39.644
Pagamento de juros	(5.177)	(37.826)	(121.527)	(164.530)
Pagamento de variação monetária	(55.003)	-	-	(55.003)
Pagamento de principal	(120.000)	-	-	(120.000)
	(169.933)	36.937	768	(132.228)
Em 31 de dezembro de 2025	-	826.522	800.096	1.626.618

13.5. Características dos contratos de debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2031	650.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valor Mobiliários	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupia e Ilha Solteira
3ª	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/06/2022	27/06/2027	800.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valor Mobiliários	Semestral	2	Alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro

13.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

13.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

13.7.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda e Terceira emissão, a serem apurados com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (Aneel):

- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo *Ebitda* regulatório que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Índice entre divisão do *Ebitda* pelo Resultado Financeiro regulatórios que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2025	2024
Ebitda / Resultado financeiro ajustado (*)	Igual ou superior 2,0	66,73	75,01
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,52	0,02
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,20	0,21

(*) Desconsiderado o efeito da variação cambial

13.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 100 milhões na 2ª emissão e R\$ 115 milhões da 3ª emissão;
- Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (*rating*) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

14. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

14.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada. A partir de 2026, conforme (notas explicativas nº 1.6.2 e 1.6.3 respectivamente) haverá alteração na retenção de impostos sobre os dividendos e JSCP.

14.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2024	Movimentação do exercício		Saldo em 2025		
	Passivo circulante	Dividendos propostos/adicionais e JSCP constituídos	Pagamentos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
(A) Dividendos						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	447.877	1.979.388	(914.546)	-	1.512.719	1.512.719
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	223.935	989.679	(457.266)	-	756.348	756.348
	671.812	2.969.067	(1.371.812)	-	2.269.067	2.269.067
(B) Juros sobre capital próprio (*)						
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	477.136	595.003	(477.136)	595.003	-	595.003
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	238.564	297.497	(238.564)	297.497	-	297.497
	715.700	892.500	(715.700)	892.500	-	892.500
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	1.387.512	3.861.567	(2.087.512)	892.500	2.269.067	3.161.567

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

15. Partes relacionadas

15.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações, as premissas contratuais são as definidas entre as partes.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 8.100 para 2025.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo para administradores	4.922	6.395
Benefícios pós-emprego	239	273
	5.161	6.668

15.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

15.3.1. Composição

	2025			2024
	Ativo	Passivo		Passivo
	Circulante	Circulante	Total	Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A	-	5.797	5.797	-
Rio Canoas Energia S.A.	131	28	28	-
Rio Verde Energia S.A.	74	11	11	-
Rio Paranapanema Energia S.A.	621	790	790	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L.	-	-	-	1.515.886
	826	6.626	6.626	1.515.886

15.3.2. Resultado

	2025		2024	
	Compartilhamento de infraestrutura	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	(54.954)	-	(53.665)	(53.665)
Rio Canoas Energia S.A.	1.241	-	1.349	1.349
Rio Verde Energia S.A.	701	-	759	759
CTG Trading Brasil Ltda.	-	(17)	-	(17)
Rio Panapanema Energia S.A.	(3.419)	-	(2.564)	(2.564)
	(56.431)	(17)	(54.121)	(54.138)

15.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.À.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.À.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

Em razão de janelas favoráveis do dólar, a Companhia realizou a quitação da dívida mantida com a CTG Lux, os pagamentos aconteceram entre fevereiro e março de 2025, em relação a parcela de principal e juros referente a novembro de 2024. A parcela que venceria em maio de 2025 foi amortizada entre os meses de março e de abril, e a parcela a vencer em novembro de 2025 teve seu pagamento realizado entre os meses de maio e julho de 2025.

Com isso, a Companhia liquidou o empréstimo com partes relacionadas mantido junto à CTG Lux, otimizando o fluxo de caixa e reduzindo custos financeiros.

O contrato não possuía nenhuma cláusula de *Covenants*.

15.4.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.515.886
Movimentação	
Apropriação de juros	13.776
Pagamento de juros	(96.277)
Pagamento de principal	(1.303.274)
Ganho com variação cambial	(131.437)
Perda com variação cambial	2.740
Imposto de renda retido na fonte	(1.414)
	(1.515.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

15.5. Características do contrato com a CTG Lux

Remuneração	Data da emissão	Data de vencimento	Periodicidade de pagamento de juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
4,29% ano ano + USD	22/08/2016	20/11/2025	Semestral	17	Pagamento da primeira parcela da bonificação da outorga para a exploração, pelo prazo de 30 anos, das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Eng. Souza Dias (Jupia).

16. Provisões para riscos e contingências possíveis

16.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo. A Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, que são relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

As ações discutem as demolições de construções irregulares na Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

16.2. Provisões para riscos

16.2.1. Composição e movimentação

	Trabalhistas	Cíveis	Total
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	1.356
Provisões/(reversões)	4.814	4	4.818
Variações monetárias	248	1	249
Acordos/pagamentos	(143)	(19)	(162)
	4.919	(14)	4.905
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.260	1	6.261
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	(502)
Variações monetárias	28	-	28
(Adições)	(87)	(19)	(106)
Baixas	455	33	488
Reclassificações (i)	(275)	-	(275)
	121	14	135
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(367)	-	(367)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	853	1	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	854
Não circulante	5.893	1	5.894
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.893	1	5.894

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
(A) Provisão para riscos				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.377	11	19.883	24.271
Provisões	(2.068)	11	(20.190)	(22.247)
Variações monetárias	71	1	307	379
Acordos/pagamentos	(1.039)	(8)	-	(1.047)
	(3.036)	4	(19.883)	(22.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	-	1.356
(B) Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.304)	-	-	(1.304)
Variações monetárias	(27)	-	-	(27)
(Adições)	(243)	(14)	-	(257)
Baixas	1.086	-	-	1.086
	816	(14)	-	802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	-	(502)
(A+B) Provisões líquidas				
Circulante	-	-	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	-	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967
Não circulante	853	1	-	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	-	854

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

16.2.2. Trabalhistas

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

16.3. Contingências possíveis

16.3.1. Composição

	2025	2024
Trabalhistas	2.144	12.050
Fiscais	697.316	642.746
Cíveis	6.121	3.908
Ambientais	145.153	15.892
Regulatórias	15.936	11.554
	866.670	686.150

Demonstramos abaixo, as principais variações nas contingências possíveis da Companhia, atualizadas para 31 de dezembro de 2025:

16.3.2. Trabalhistas

As contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 2.144 para dezembro de 2025 (R\$ 12.050 em 31 de dezembro de 2024). O principal motivo da baixa decorre do encerramento e reclassificação de processos trabalhistas relevantes, que ocorreram principalmente em razão de acordos celebrados e decisões judiciais favoráveis, que eliminaram a possibilidade de perda. O restante trata-se de atualização monetária.

16.3.3. Fiscais

- i. Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Diretoria, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso é de R\$ 686.681 (R\$ 632.958 em 31 de dezembro de 2024);
- ii. Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor atualizado é de R\$ 6.011 (R\$ 5.586 em 31 de dezembro de 2024);
- iii. Processos Administrativos e judiciais que discutem o recolhimento de ISSQN para o município de Três Lagoas durante o período da modernização e o valor atualizado é de R\$ 4.622 (R\$ 4.202 em 31 de dezembro de 2024).

16.3.4. Ambientais

As contingências ambientais com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 145.153 para 31 de dezembro de 2025. O principal motivo para o aumento decorre da atualização monetária dos processos em andamento e de uma nova contingência. Dentre os principais se destacam:

- Seis Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (IBAMA), totalizando R\$ 10.791, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de soltura de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;
- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS (“Ação Peixamento”), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupiá e Ilha Solteira. Foi proferida a sentença (decisão de 1ª instância) julgando improcedente a ação. A sentença foi mantida pelo TRF/3 e o MPF interpôs recurso especial, que foi admitido. Aguarda-se o julgamento do recurso. O valor atualizado é de R\$ 6.452 (R\$ 6.149 em 31 de dezembro de 2024);

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal requerendo que a companhia realize o reflorestamento de toda a área do reservatório da Usina de Ilha Solteira. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 129 milhões.

16.3.5. Regulatórias

As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 15.936, decorrente de ações judiciais ajuizadas por municípios em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1ª instância.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações ordinárias compõem o patrimônio líquido e conferem direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Acionistas	2025 e 2024	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

17.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

17.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

17.4. Destinação dos lucros acumulados

	2025	2024
Lucro líquido do exercício regulatório	2.043.984	1.627.702
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	298.109	257.829
Lucro líquido do exercício societário	2.342.093	1.885.531
Constituição de reserva legal	-	94.276
Base de cálculo dos dividendos	2.342.093	1.791.255
Distribuições		
Dividendos	2.969.067	671.812
JSCP	1.050.000	842.000
	4.019.067	1.513.812
Distribuições mínimas obrigatórias (25%)	585.523	447.814
Distribuições adicionais	3.433.544	1.065.998

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

Deliberações das distribuições:

Deliberações	Provento	Montante R\$ mil	Valor por ação R\$
AGE de 23/12/2025	Dividendos	2.269.067	0,32349
AGE de 09/12/2025	Juros sobre capital próprio	1.050.000	0,14969

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente ou conforme determinado em ata.

Contudo, para o exercício de 2025, o valor deliberado difere da prática usual da Companhia em razão da edição da Lei nº 15.270, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.6.2, que estabelece a possibilidade de pagamento até 2028, preservando, assim, a isenção do IRRF.

18. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

18.1. Política contábil

18.1.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

18.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

18.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- i. GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão;
- ii. Reembolsos da TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão), TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), encargos de conexão, compensação financeira, taxa de

fiscalização e PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação): são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

18.1.4. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) - Leilão

Contratos negociados no ambiente de contratação regulado, onde a comercialização de energia elétrica ocorre intermediada por leilões públicos promovidos pelo governo federal, com regras definidas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a seu edital.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

18.2. Energia elétrica vendida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (Cotas)	97	87	15.249.683	14.890.986	3.732.484	3.478.321
ACL - Ambiente de contratação Livre	55	80	7.702.703	5.056.883	991.740	801.278
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	706.109	1.096.348	138.492	116.573
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	468.847	357.666	3.610	5.161
	152	167	24.127.342	21.401.883	4.866.326	4.401.333

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.3. Energia elétrica comprada

	MWh (*)		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Contratos bilaterais (ACL)	3.430.327	623.582	466.253	111.484
Mercado de curto prazo (MCP)	120.468	51.997	1.597	3.151
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	80.607	462.766	2.798	10.254
(-) Crédito de PIS	-	-	(7.650)	(1.651)
(-) Crédito de COFINS	-	-	(35.236)	(7.607)
	3.631.402	1.138.345	427.762	115.631

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.4. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos devidos pela Companhia estabelecidos pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo da TUST, e
- valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo da TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2025	2024
TUST	667.364	637.796
TUSD	17.499	17.409
Encargos de conexão	176	167
(-) Crédito de PIS	(11.254)	(10.779)
(-) Crédito de COFINS	(51.837)	(49.648)
	621.948	594.945

19. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos os custos gerenciáveis – Parcela “B” segregados por atividade em 31 de dezembro de 2025.

	2025				2024
	De operação	Gerais e administrativas	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal e administradores	93.848	7.033	-	100.881	97.739
Material	14.262	10	-	14.272	8.688
Material de manut. edif. obras civis benfeitorias	151	-	-	151	177
Material de manut. maquinas e equipamentos	5.631	-	-	5.631	2.111
Materiais e ferramentas de trabalho	95	-	-	95	60
Material para meio ambiente	-	-	-	-	2
Material de segurança e EPI	1.342	-	-	1.342	1.338
Material de uso e consumo	3.450	-	-	3.450	2.524
Material - Outros	3.593	10	-	3.603	2.476
Serviços de terceiros	44.467	71.838	-	116.305	114.073
Serviços de terceiros - Consultorias	4.278	4.427	-	8.705	7.340
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	6.848	-	-	6.848	4.586
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	7.613	-	-	7.613	7.131
Serviços de terceiros - Meio ambiente	(3)	-	-	(3)	3.854
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	65.889	-	65.889	64.028
Serviço de atualização e manut. de softwares	2.466	891	-	3.357	3.148
Serviços de comunicação	2.893	28	-	2.921	2.704
Serviços Manutenção	14.510	-	-	14.510	16.043
Serviços de terceiros - Outros	5.862	603	-	6.465	5.239
Arrendamentos e aluguéis	1.010	460	-	1.470	1.265
Seguros	9.481	114	-	9.595	10.170
Depreciação e amortização	529.254	2.932	-	532.186	521.147
Depreciação	81.284	2.271	-	83.555	73.548
Amortização	447.970	661	-	448.631	447.599
Outros	12.830	12.558	(10.241)	15.147	(11.773)
	705.152	94.945	(10.241)	789.856	741.309

20. Custos e despesas de benefícios a empregados

	2025	2024
Remuneração	55.501	50.605
Outros benefícios	16.306	18.029
Encargos	17.912	17.656
Previdência privada	1.667	1.710
Participação nos lucros e resultados	9.495	9.739
	100.881	97.739

21. Resultado financeiro

21.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2025	2024
Receitas		
Aplicações financeiras	131.132	102.867
Variações monetárias	54.137	44.948
Depósitos judiciais	53.709	43.579
Inadimplência CCEE	428	1.361
Atualização de créditos tributários	548	8
Variação cambial ativa	131.437	49.488
Compensação financeira	-	200
Outras receitas financeiras	171	17
	317.425	197.520
Despesas		
Juros	(135.458)	(181.997)
Debêntures	(121.682)	(106.241)
Partes relacionadas	(13.776)	(75.756)
Variação cambial passiva	(2.740)	(361.906)
Variações monetárias	(3.346)	(2.909)
Provisões para riscos	(249)	(379)
Outras	(3.097)	(2.530)
Outras despesas financeiras	(3.601)	(1.698)
	(145.145)	(548.510)
	172.280	(350.990)

22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

22.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

22.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		2.548.318			2.021.069	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	(637.080)	(229.349)	(866.429)	(505.267)	(181.896)	(687.163)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre o capital próprio	262.500	94.500	357.000	210.500	75.780	286.280
Doações incentivadas	12.478	-	12.478	13.932	-	13.932
Incentivos fiscais	66	-	66	81	-	81
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	-	-	-	3.398	1.223	4.621
Outras (adições) permanentes, líquidas	(7.935)	(2.864)	(10.799)	(8.170)	(2.948)	(11.118)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(369.971)	(137.713)	(507.684)	(285.526)	(107.841)	(393.367)
IRPJ e CSLL correntes	229.287	87.068	316.355	352.435	131.930	484.365
IRPJ e CSLL diferidos	140.684	50.645	191.329	(66.909)	(24.089)	(90.998)
Total do IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	369.971	137.713	507.684	285.526	107.841	393.367
Ajustes correntes - Exercícios anteriores	(3.350)	-	(3.350)	-	-	-
Total do IRPJ e CSLL com efeito no resultado	366.621	137.713	504.334	285.526	107.841	393.367
Alíquota efetiva	14,4%	5,4%	19,8%	14,1%	5,3%	19,5%

22.2. Tributos diferidos

22.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações contábeis regulatórias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial				128.205	46.154	174.359
Provisões para riscos	3.182	1.146	4.328	1.956	704	2.660
Participação nos lucros e resultados	3.199	1.152	4.351	3.259	1.173	4.432
Outras provisões	1.538	555	2.093	907	326	1.233
Total	7.919	2.853	10.772	134.327	48.357	182.684
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Repactuação de risco hidrológico	(31.180)	(11.225)	(42.405)	(32.061)	(11.542)	(43.603)
Juros sobre depósitos vinculados	(67.716)	(24.378)	(92.094)	(54.285)	(19.543)	(73.828)
AVP Licença ambiental	(1.725)	(621)	(2.346)	-	-	-
Total	(100.621)	(36.224)	(136.845)	(86.346)	(31.085)	(117.431)
Imposto diferido líquido	(92.702)	(33.371)	(126.073)	47.981	17.272	65.253

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2026	2027	2028	2029	2030	a partir de 2031	Total
Imposto diferido ativo	6.444	-	-	-	-	4.328	10.772
Imposto diferido passivo	(1.380)	(2.085)	(2.466)	(2.531)	(2.591)	(125.793)	(136.845)
Imposto diferido líquido	5.064	(2.085)	(2.466)	(2.531)	(2.591)	(121.465)	(126.073)

23. Lucro regulatório por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	2.043.984	1.627.702
Denominador (Média ponderada em lote de mil ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ações, em reais	0,29140	0,23205

24. Instrumentos financeiros

24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2025		2024	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	5	73	73	109	109
Aplicações financeiras	Valor justos por meio do resultado	Nível 2	5	118.875	118.875	1.708.763	1.708.763
Concessionária e permissionárias	Custo amortizado	-	6	426.853	426.853	417.925	417.925
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	8	686.881	686.881	633.176	633.176
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	15	826	826	-	-
				1.233.508	1.233.508	2.759.973	2.759.973
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	11	150.197	150.197	118.581	118.581
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	12	92.812	92.812	101.558	101.558
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	15	6.626	6.626	1.515.886	1.515.886
Debêntures	Custo amortizado	-	13	1.626.618	1.571.019	1.758.846	1.661.930
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	14	3.161.567	3.161.567	1.387.512	1.387.512
				5.037.820	4.982.221	4.882.383	4.785.467

25. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros, que englobam a Rio Paraná Energia S.A., levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades suas e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2025 a 04/08/2026	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2025 a 04/08/2026	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2025 a 04/08/2027	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2025 a 08/12/2026	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes.

26. Compromissos assumidos e não reconhecidos

26.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de longo prazo no ACL e ACR conforme abaixo:

Contratos	Compromissos até
ACR - Regime de cotas	2047
ACL - Contratos bilaterais	2028

27. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos a demonstração do resultado do exercício segregado por atividade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025			2024		
	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Suprimento de Energia Elétrica	4.724.224	-	4.724.224	4.279.600	-	4.279.600
Energia Elétrica de Curto Prazo	142.102	-	142.102	121.733	-	121.733
	4.866.326	-	4.866.326	4.401.333	-	4.401.333
Tributos						
ICMS	(2.806)	-	(2.806)	(1.696)	-	(1.696)
PIS-PASEP	(80.248)	-	(80.248)	(72.594)	-	(72.594)
COFINS	(369.627)	-	(369.627)	(334.372)	-	(334.372)
	(452.681)	-	(452.681)	(408.662)	-	(408.662)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(42.156)	-	(42.156)	(38.239)	-	(38.239)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(143.654)	-	(143.654)	(118.180)	-	(118.180)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(12.231)	-	(12.231)	(12.308)	-	(12.308)
	(198.041)	-	(198.041)	(168.727)	-	(168.727)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	4.215.604	-	4.215.604	3.823.944	-	3.823.944
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(427.762)	-	(427.762)	(115.631)	-	(115.631)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(621.948)	-	(621.948)	(594.945)	-	(594.945)
	(1.049.710)	-	(1.049.710)	(710.576)	-	(710.576)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.165.894	-	3.165.894	3.113.368	-	3.113.368
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(100.881)	-	(100.881)	(97.739)	-	(97.739)
Material	(14.272)	-	(14.272)	(8.688)	-	(8.688)
Serviços de Terceiros	(116.305)	-	(116.305)	(114.073)	-	(114.073)
Arrendamentos e Aluguéis	(1.470)	-	(1.470)	(1.265)	-	(1.265)
Seguros	(9.595)	-	(9.595)	(10.170)	-	(10.170)
Provisões	(8.682)	-	(8.682)	22.247	-	22.247
Depreciação e Amortização	(532.186)	-	(532.186)	(521.147)	-	(521.147)
Outros	(16.706)	10.241	(6.465)	(18.777)	8.303	(10.474)
	(800.097)	10.241	(789.856)	(749.612)	8.303	(741.309)
Resultado da atividade	2.365.797	10.241	2.376.038	2.363.756	8.303	2.372.059
Resultado financeiro						
Receitas	317.425	-	317.425	197.520	-	197.520
Despesas	(145.145)	-	(145.145)	(548.510)	-	(548.510)
	172.280	-	172.280	(350.990)	-	(350.990)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	2.538.077	10.241	2.548.318	2.012.766	8.303	2.021.069
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(504.334)	-	(504.334)	(393.367)	-	(393.367)
Lucro líquido do exercício	2.033.743	10.241	2.043.984	1.619.399	8.303	1.627.702

SPEE – Serviço Público de Energia Elétrica.

28. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societária:

28.1. Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		118.948	-	118.948	1.708.872	-	1.708.872
Concessionárias e permissionárias		426.853	-	426.853	417.925	-	417.925
Parte Relacionada		826	-	826	-	-	-
Tributos a recuperar		3.632	-	3.632	5.236	-	5.236
Serviços em curso		39.002	-	39.002	43.278	-	43.278
Ativo financeiro vinculado à concessão	28.1.1	-	1.350.293	1.350.293	-	1.292.618	1.292.618
Outros créditos		24.553	-	24.553	38.978	-	38.978
Total do ativo circulante		613.814	1.350.293	1.964.107	2.214.289	1.292.618	3.506.907
Não circulante							
Realizável a longo prazo		-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	28.1.2	-	-	-	65.253	(65.253)	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	28.1.1	-	11.647.732	11.647.732	-	11.359.155	11.359.155
Depósitos Judiciais		686.881	-	686.881	633.176	-	633.176
Outros Ativos Não Circulantes		14.678	-	14.678	-	-	-
		701.559	11.647.732	12.349.291	698.429	11.293.902	11.992.331
Imobilizado	28.1.1	2.207.702	(2.152.782)	54.920	2.048.803	(2.010.525)	38.278
Intangível	28.1.1	9.471.574	(3.857.468)	5.614.106	9.882.142	(4.042.064)	5.840.078
Total do ativo não circulante		12.380.835	5.637.482	18.018.317	12.629.374	5.241.313	17.870.687
Total do ativo		12.994.649	6.987.775	19.982.424	14.843.663	6.533.931	21.377.594
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		150.197	-	150.197	118.581	-	118.581
Provisão de grandes reparos	28.1.3	-	546.450	546.450	-	329.646	329.646
Partes relacionadas		6.626	-	6.626	1.515.886	-	1.515.886
Encargos Setoriais		69.520	-	69.520	74.950	-	74.950
Debêntures		399.923	-	399.923	169.466	-	169.466
Salários, provisões e contribuições sociais		26.191	-	26.191	26.853	-	26.853
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)		892.500	-	892.500	1.387.512	-	1.387.512
Tributos a recolher		160.618	-	160.618	360.087	-	360.087
Outras obrigações		10.740	-	10.740	2.410	-	2.410
Total do passivo circulante		1.716.315	546.450	2.262.765	3.655.745	329.646	3.985.391
Não circulante							
Provisão de grandes reparos	28.1.3	-	1.326.674	1.326.674	-	1.598.770	1.598.770
Encargos setoriais		23.292	-	23.292	26.608	-	26.608
Debêntures		1.226.695	-	1.226.695	1.589.380	-	1.589.380
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)		2.269.067	-	2.269.067	-	-	-
Impostos diferidos	28.1.2	126.073	1.771.891	1.897.964	-	1.560.864	1.560.864
Provisões para riscos		5.894	-	5.894	854	-	854
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		2.362	-	2.362	1.144	-	1.144
Outros Passivos Não Circulantes		30.107	-	30.107	5	-	5
Total do passivo não circulante		3.683.490	3.098.565	6.782.055	1.617.991	3.159.634	4.777.625
Total do passivo		5.399.805	3.645.015	9.044.820	5.273.736	3.489.280	8.763.016
Patrimônio líquido	28.1.4						
Capital social		6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva Legal		833.662	-	833.662	716.557	-	716.557
Lucros retidos		112.165	3.342.760	3.454.925	2.204.353	3.044.651	5.249.004
Total do patrimônio líquido		7.594.844	3.342.760	10.937.604	9.569.927	3.044.651	12.614.578
Total do passivo e patrimônio líquido		12.994.649	6.987.775	19.982.424	14.843.663	6.533.931	21.377.594

28.1.1. Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes são decorrentes de diferenças de práticas no reconhecimento de imobilizado e intangível aplicáveis entre regulatório e societário. Dentre estes, destacam-se:

Modernização

Estes ajustes são referentes a modernização das UHEs, a qual no societário é reconhecida como intangível, que é amortizada no prazo da concessão, enquanto no MCSE é reconhecida conforme a aquisição dos ativos objetos da modernização.

	2025	2024
Imobilizado - Regulatório	2.207.702	2.048.803
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Imobilizado Modernização - em serviço	(1.594.761)	(1.592.883)
Projetos de Modernização e adiantamentos - em curso	(526.314)	(369.887)
Depreciação pela concessão	48.129	33.019
Transferência de imobilizado para intangível	(79.836)	(80.774)
	(2.152.782)	(2.010.525)
Imobilizado - Societário	54.920	38.278

	2025	2024
Intangível - Regulatório	9.471.574	9.882.142
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Bonificação para Outorga	(6.070.064)	(6.355.254)
Projetos em andamento - Grandes Reparos	2.132.760	2.232.416
Transferência de imobilizado para intangível	79.836	80.774
	(3.857.468)	(4.042.064)
Intangível - Societário	5.614.106	5.840.078

Outorga

Estes ajustes são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada na base societária, conforme ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão, que foi de R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes, R\$ 4.796.492, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com o ICPC 01/IFRIC 12.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível, conforme MCSE.

	Ativo Financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2024	12.651.773	3.384.262	16.036.035
Amortização	-	(151.868)	(151.868)
Juros e atualização monetárias	1.716.901	-	1.716.901
Liquidação	(1.370.649)	-	(1.370.649)
Saldo societário em 31 de dezembro de 2025	12.998.025	3.232.394	16.230.419
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2024	-	9.739.516	9.739.516
Amortização	-	(437.058)	(437.058)
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2025	-	9.302.458	9.302.458
Societário x regulatório			
2024	12.651.773	(6.355.254)	6.296.519
2025	12.998.025	(6.070.064)	6.927.961

28.1.2. Impostos diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo do IRPJ e CSLL, basicamente em função dos registros societários realizados relativos à outorga e provisão de grandes reparos, que são nulos na base regulatória.

28.1.3. Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado na base societária, no montante de R\$ 1.873.124 (R\$ 546.450 no passivo circulante e R\$ 1.326.674 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional, sendo referentes à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e nas estimativas de engenheiros e administração, foi provisionado na base societária o valor total que se espera despende nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia e foi reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, sendo o passivo realizado conforme efetivação dos gastos e o ativo amortizado pelo período de concessão.

Para fins regulatórios, os ativos decorrentes do projeto de modernização são reconhecidos conforme custo incorrido no imobilizado em curso, e inicialmente não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Após a entrada em operação das unidades geradoras modernizadas, o valor é reconhecido como imobilizado em serviço e tem sua depreciação iniciada, conforme determinado no MCPSE.

28.1.4. Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado (vide nota 28.3) entre as bases regulatória e societária, que em 2025 representam um aumento de R\$ 298.109 e em 2024 um aumento de R\$ 257.829.

28.1.4.1. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	10.937.604	12.614.578
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	7.200.890	5.830.241
Atualização do ativo financeiro	(11.191.656)	(9.474.755)
Diferenças de depreciação	(2.406.571)	(2.145.433)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	1.282.689	1.119.179
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	1.771.888	1.626.117
	(3.342.760)	(3.044.651)
Patrimônio líquido regulatório	7.594.844	9.569.927

28.2. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de Energia Elétrica	28.2.1	4.724.224	(1.370.649)	3.353.575	4.279.600	(1.307.858)	2.971.742
Energia Elétrica de Curto Prazo		142.102	-	142.102	121.733	-	121.733
Receita de ativos financeiros	28.2.2	-	1.716.901	1.716.901	-	1.713.864	1.713.864
		4.866.326	346.252	5.212.578	4.401.333	406.006	4.807.339
Tributos							
ICMS		(2.806)	-	(2.806)	(1.696)	-	(1.696)
PIS-PASEP		(80.248)	-	(80.248)	(72.594)	-	(72.594)
COFINS		(369.627)	-	(369.627)	(334.372)	-	(334.372)
		(452.681)	-	(452.681)	(408.662)	-	(408.662)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI		(42.156)	-	(42.156)	(38.239)	-	(38.239)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(143.654)	-	(143.654)	(118.180)	-	(118.180)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(12.231)	-	(12.231)	(12.308)	-	(12.308)
		(198.041)	-	(198.041)	(168.727)	-	(168.727)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		4.215.604	346.252	4.561.856	3.823.944	406.006	4.229.950
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(427.762)	-	(427.762)	(115.631)	-	(115.631)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(621.948)	-	(621.948)	(594.945)	-	(594.945)
		(1.049.710)	-	(1.049.710)	(710.576)	-	(710.576)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.165.894	346.252	3.512.146	3.113.368	406.006	3.519.374
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores		(100.881)	-	(100.881)	(97.739)	-	(97.739)
Material		(14.272)	-	(14.272)	(8.688)	-	(8.688)
Serviços de Terceiros		(116.305)	-	(116.305)	(114.073)	-	(114.073)
Arrendamento e Aluguéis		(1.470)	-	(1.470)	(1.265)	-	(1.265)
Seguros		(9.595)	-	(9.595)	(10.170)	-	(10.170)
Provisões		(8.682)	-	(8.682)	22.247	-	22.247
Depreciação e Amortização	28.2.3	(532.186)	261.123	(271.063)	(521.147)	251.781	(269.366)
Outras Despesas Operacionais	28.2.4	(6.465)	15	(6.450)	(10.474)	-	(10.474)
		(789.856)	261.138	(528.718)	(741.309)	251.781	(489.528)
Resultado da atividade		2.376.038	607.390	2.983.428	2.372.059	657.787	3.029.846
Resultado financeiro							
Receitas	28.2.5	317.425	-	317.425	197.520	-	197.520
Despesas		(145.145)	(163.510)	(308.655)	(548.510)	(274.235)	(822.745)
		172.280	(163.510)	8.770	(350.990)	(274.235)	(625.225)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.548.318	443.880	2.992.198	2.021.069	383.552	2.404.621
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(504.334)	(145.771)	(650.105)	(393.367)	(125.723)	(519.090)
Lucro líquido do exercício		2.043.984	298.109	2.342.093	1.627.702	257.829	1.885.531

28.2.1. Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios é reconhecida diretamente no resultado, enquanto na base societária o reconhecimento ocorre como baixa do ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga, conforme modelo bifurcado de contabilização societária (vide nota 28.1.1).

28.2.2. Receita de ativos financeiros

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados apenas na base societária.

28.2.3. Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização entre a base regulatória e a base societária. As taxas de depreciação e amortização utilizadas para ambas as bases são as determinadas pela Aneel presentes no MCPSE, porém existem diferenças entre as composições das bases societária e regulatória como a bifurcação da outorga e o reconhecimento de imobilizado e intangível em razão da provisão de grandes reparos (vide nota 28.1.1).

28.2.4. Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da baixa de ativo imobilizado com diferença de depreciação entre a base regulatória e a base societária.

28.2.5. Resultado financeiro

Os ajustes em despesas financeiras são decorrentes do AVP e da atualização monetária da provisão para grandes reparos, registrados apenas na base societária.

28.2.6. Despesas com impostos sobre os lucros

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

28.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos a conciliação entre lucro líquido societário e regulatório em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	2.342.093	1.885.531
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	1.370.649	1.307.858
Atualização do ativo financeiro	(1.716.901)	(1.713.864)
	(346.252)	(406.006)
Nos custos gerenciáveis		
Diferenças de depreciação	(261.138)	(251.781)
	(261.138)	(251.781)
No resultado financeiro		
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	163.510	274.235
	163.510	274.235
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	145.771	125.723
	145.771	125.723
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	2.043.984	1.627.702

MEMBROS DA GOVERNANÇA

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Silvio Alexandre Scucuglia da Silva	Presidente
Evandro Leite Vasconcelos	Membro Efetivo
Márcio José Peres	Membro Efetivo
Xingyang Cao	Membro Efetivo
Zhigang Chen	Membro Efetivo

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Márcio José Peres	Diretor-Presidente
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo
Tatiana Figueredo Garrido da Mota	Diretora Executiva
Giulliano Batelochi Gallo	Diretor Executivo

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separado, sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5